



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**JANE CLÁUDIA PREJUZO
ROSÂNGELA ALMEIDA DE SENA**

**RESULTADO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA NÚBIA MARQUES**

Aracaju – Sergipe
fevereiro de 2016

**JANE CLÁUDIA PREJUZO
ROSÂNGELA ALMEIDA DE SENA**

**RESULTADO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA NÚBIA MARQUES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes

Professor/a Orientador/a: Prof^ª. Me. Grasielle Borges Vieira de Carvalho – Mestre em Direito pela PUC/SP.

Aracaju – Sergipe
fevereiro de 2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Prejuízo, Jane Cláudia, 2016

Resultado das Expressões da questão social na E.M.E.F. Profª. Núbia Marques/Jane Claudia Prejuízo, Rosângela Almeida de Sena– 2016, 42f.: 30cm

Orientadora: Grasielle Borges Vieira de Carvalho

Plano de Intervenção/ Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe/ Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, **2016.**

1. Infância e adolescência. 2. Educação brasileira. 3. Estatuto da Criança e adolescente. Resultado das Expressões da Questão Social na Escola Municipal Ensino Fundamental. Professora Núbia Marques.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção do/a docente Jane Cláudia Prejuízo e Rosângela Almeida de Sena e intitulada defendida e aprovada em pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

(Examinador/a 1 Prof^ª Dr^ª. Denise Leal Fontes Albano Leopoldo)

(Examinador/a 2 Prof^ª Dr^ª. Adriane Álvaro Damascena)

(Orientador/a Prof^ª. Msc. Grasielle Borges Vieira de Carvalho – Universidade Federal de Sergipe)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, da saúde e coragem para enfrentar os obstáculos e pela oportunidade concedida de concretizar mais um objetivo na nossa vida.

A querida família que acompanhou e ofertou muita confiança e força para alcançarmos objetivos, respaldada em muita confiança.

Quero aqui deixar minha gratidão aos amigos que estiveram presentes e contribuiu com alegrias e certezas de conquistas e especialmente a equipe do Centro de Educação A Distância da Universidade Federal de Sergipe por proporcionar condições de conhecimentos através das orientações e indicações de fonte de pesquisa, a qual ofertou suporte para amadurecimentos das reflexões e condicionamentos em realizar analogias entre a teoria e a prática, no tocante ao eixo em discussão, o qual retrata as problemáticas nas escolas e a necessidade da intervenção do ECA.

Com muito carinho agradecer a Escola Municipal Professora Núbia Marques e equipe pedagógica que contribuiu para a execução do Plano de intervenção através da implementação das ideias e compreensão.

Aos tutores Darlene Alma da Oliveira Soares e Washington dos Santos Oliveira que nos orientaram e acompanharam em todos os módulos com muita dedicação.

Por fim, com muita estima agradecer a Prof^ª. Grasielle Borges Vieira de Carvalho, pelo suporte nas orientações e acréscimo nos embasamentos teóricos.

Muito Obrigada!

RESUMO

Este projeto de intervenção é baseado no contexto averiguado na Escola Municipal de Ensino Professora Núbia Marques, especificamente com os alunos do 3º ano E, onde se detectou a necessidade em entender as relações entre crianças e adolescentes, munidos de violência e inseridos neste contexto educacional. Mediante comportamentos, percebeu-se a deficiência quanto ao conhecimento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o qual esclarece os direitos e deveres, e ao mesmo tempo a interferência de situações provenientes das questões das expressões sociais. Desta forma, foi despertada a necessidade em realizar um trabalho de orientação, utilizando estratégias pedagógicas que dinamize os momentos e atraia os interesses do público em questão. Para tanto algumas temáticas como, ética, respeito, solidariedade, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes devem ser trabalhadas, pois são itens necessários para construção de uma identidade, além de requisitos para as inter-relações. Metodologicamente foram utilizados os instrumentais metodológicos para obtenção de respostas a qual contribuiu para percepção de anormalidades no comportamento dos jovens em determinados momentos. Entretanto o projeto de intervenção está direcionado a uma orientação aos alunos quanto ao que estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente, envolvendo diretrizes que abarca as atribuições da família enquanto maior responsável e a escola enquanto co-participe no processo educacional.

Palavras – chave: direitos, deveres, violência, Estatuto da Criança e Adolescente.

ABSTRACT

This intervention project is based on the context ascertained at the Municipal School of Education Professor Nubian Marques, specifically with the students of 3rd year and where it identified the need to understand the relationships between children and adolescents, armed violence and inserted in this educational context. By behavior, we realized the deficiency of knowledge of the ECA (Statute of Children and Adolescents), which clarifies the rights and duties, while the interference situations arising from issues of social expressions. Thus, it was awakened the need to hold a policy work, using teaching strategies that streamline the time and attract the public interest in question. Therefore some issues such as ethics, respect, solidarity, sexual abuse and exploitation of children and adolescents should be worked, as are items needed to build an identity, as well as requirements for the interrelations. Methodologically was used methodological instruments for obtaining answers which contributed to the perception of abnormalities in young people's behavior at certain times. However the intervention project is directed to guidance to students and to establishing the Statute of Children and Adolescents, involving guidelines that cover the responsibilities of the family as most responsible and the school as co-participate in the educational process.

Keywords: Rights, duties, violence, Statute of the Child Adolescent.

LISTAS DE FOTOS

Foto 01 – Foto 1 – Fachada Frontal da Escola Municipal de Ensino Fundamental	
Professora Núbia Marques.....	39
Foto 02 – Exibição do filme “Meu malvado Favorito”	39
Foto 03 – Exibição de vídeos sobre o ECA	40
Foto 04 - Exposição de trabalhos sobre Estatuto da Criança e Adolescentes ECA	40
Foto 05 – Exposição de trabalhos sobre Estatuto da Criança e Adolescentes ECA	41
Foto 06 – Exposição de trabalhos e ilustrações.....	41
Foto 07 – Exposição de painel.....	42

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01 – Variáveis pesquisadas junto aos alunos	42
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos e ações realizadas na escola.....	28
Quadro 2 –Formação do Conselho Escolar	29
Quadro 03 – Cronograma das ações para sistematizar atividades	32

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE FOTOS.....	08
LISTA DE GRÁFICO.....	09
LISTA DE QUADROS.....	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
1.1 - Percurso histórico do contexto: Infância e Adolescência.....	15
1.2 - Compreensões no percurso da Educação brasileira.....	20
1.3 - ECA: Referência para prática pedagógica.....	21
CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO.....	27
CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
APÊNDICES.....	38

INTRODUÇÃO

O contexto social vem interferindo negativamente na estrutura familiar a qual vem necessitando constantemente da coparticipação das instituições ou órgão de defesa de direito, especialmente quando o público mais atingido é a criança e adolescente, cujo reflexo da conjuntura é apresentado nos comportamentos ou relações sociais. Por isto a proposta do projeto é direcionada ao público citado para que possam ter entendimento de seus direitos e deveres e que detém de uma rede de atendimento em prol de prevenção ou mesmo orientação, cuja finalidade é modificar o reflexo negativo provocado pelas expressões da questão social, apresentadas especificamente nas unidades de ensino.

As crianças e adolescentes brasileiros são protegidos por uma série de regras e leis estabelecidas pelo país. Após anos chegou-se ao consenso de que a infância e a adolescência devem ser resguardadas por toda a sociedade das diferentes formas de violência. Também se acordou que todos são responsáveis por garantir o desenvolvimento integral desse grupo.

Partindo dessa premissa, o arcabouço legal brasileiro traz vários instrumentos que designam os direitos, que determina que haja "prioridade absoluta" na proteção da infância e na garantia de seus direitos, não só por parte do Estado, mas também da família e da sociedade.

O referido projeto de intervenção possibilita aos alunos conhecer seus direitos e deveres; direito a ter uma família, direito a saúde, a educação. Muitas crianças e adolescentes acreditam que tem apenas direito, mas desconhecem os deveres. No momento em que este público conhece seus direitos e deveres, passaram a ter consciência do certo ou errado. O presente estudo tem como objetivo geral: Esclarecer de forma pedagógica sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes dispostos no Estatuto da criança e do adolescente (ECA) para a turma do 3º ano, a partir de ações que garantam o respeito, desenvolvendo atitudes direcionadas a ética, convivência, solidariedade em prol do combate à violência ocorrida no ambiente escolar. Tendo como objetivos específicos: Divulgar os direitos e deveres dispostos no ECA, lei federal nº 8.069 (13 de julho de 1990), através de ações didático pedagógicas; conhecer alguns órgãos de proteção estabelecidos no ECA que atuam e Aracaju como: conselho tutelar e ministério público; orientar os alunos a respeito dos conceitos de ética e cidadania; propor ações que ampliem a divulgação do ECA e que garantam o respeito aos

direitos contidos no Estatuto; Identificar situações em que os direitos da criança e do adolescente não são respeitados.

O interesse pelo tema surgiu a partir dos constantes relatos das crianças que entendem que são detentoras apenas de direitos, especialmente mediante aos conflitos entre alunos durante recreio. Vale destacar que a violência também pode ser ocasionada pela falta de estrutura física da escola, não propicia de espaço para realização de um trabalho de interação entre os mesmos. Devido à agressividade, a violência, é que se percebeu a relevância do tema e motivou-se este trabalho de intervenção. Diante da busca de possíveis soluções ao problema, considerou a necessidade de se refletir sobre a questão da violência contra a criança e o adolescente e buscar ações que proponha desenvolver atitudes de respeito, solidariedade no combate à mesma no ambiente escolar.

Acredita-se que mediante conhecimento dos direitos e deveres, passarão a ter consciência do que era certo ou errado, através do Estatuto da Criança e adolescente. Quanto à metodologia utilizada no projeto de intervenção da escola será efetivado e permeado pela pesquisa bibliográfica e documental, questionário, observação de campo, diálogo informal com as crianças sobre os seus direitos e deveres, envolvendo a turma do 3º ano E, na conscientização da importância da convivência de um ambiente de paz. Entretanto serão realizadas pesquisas em diferentes fontes bibliográficas, organização de trabalhos escritos, exibir filmes, organização de murais, palestras com convidados ou com os alunos, dramatizações, atividades escritas, confecção de cartazes, confecção de jogos educativos, entrevistas. Conversas informais, pesquisas em livros, revistas, internet, Gibis que abordam os direitos e deveres numa linguagem divertida; Produção de texto, atividades xerocadas, slides, produção de textos), palestra de conselheiros tutelares, escuta de música.

Serão participantes desse estudo, 24 alunos do 3º ano E do Ensino Fundamental menor, professores, coordenadora pedagógica, gestora da Unidade, da Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques, situada a Rua Manoel Andrade, 1745, Coroa do Meio, CEP: 49035-530, no município de Aracaju/SE. Vale ressaltar que os conhecimentos produzidos sobre o tema deste estudo tiveram o apoio de diferentes fontes e instrumentos de observação tais como: Documentos sobre ECA e documentos da escola; observação participante junto aos alunos; questionário para maior conhecimento no contexto da unidade de ensino envolvendo os alunos.

CAPÍTULO I – REFERÊNCIAL TEÓRICO

A perspectiva mediada pelo projeto incide na necessidade de orientação a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente ao educando, para que a partir disto respalde suas ações na legitimação dos direitos e deveres, os quais devem ser garantidos pela própria sociedade. Para solidificar tal contextualização explana-se a Disposição Preliminar do Estatuto que enfatiza, em seu artigo 13:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 2004, p.13).

De fato há relevância em trabalhar os direitos e deveres para evitar equívocos mediante atitudes das crianças e adolescente, assim a leitura do Estatuto, contribuirá para fortalecer atitudes condizentes ao comportamento do público em questão. Mesmo assim, ainda nos deparamos com concepções de que os Educadores atribuem, ao Estatuto as demonstrações de desobediência, pois consideram que o ECA deu apenas direito as crianças e adolescente, mas não deram deveres.

Ressalta-se que esta deficiência atinge a equipamentos sociais ou mesmo unidades de ensino e que por sua vez não intervém da forma adequada, portanto a exposição do que seja o ECA – Lei nº 80069/1990, em suas legítimas interpretações é indispensável tanto para a criança e adolescentes como para toda sociedade.

Outrossim, a consciência dos direitos e deveres viabiliza atitudes adequadas advindas pelo núcleo familiar e pela sociedade, sendo que esta atitude traduz o entendimento do que rege a lei citada no artigo acima. Esta compreensão da realidade deve ser apresentada em um espaço social, que por sua vez ofertara prioridade absoluta e proteção integral.

Desta forma, é indispensável à compreensão, para posterior cumprimento da Lei, desde que se obtenha também o entendimento das reflexões das expressões da questão social.

1.1 - Percurso histórico do contexto: Infância e Adolescência

No decorrer da história a fase da infância fora encarada de várias maneiras, pois ainda era vista como etapas da adolescência devido à utilização de alguns contextos. A infância na França é compreendida por um estagio imaginário artístico e religioso, portanto, o século XIII estendendo-se até XVII, caracterizado como um período de inexistentes sentimentos.

Segundo um calendário das idades do século XVI, aos 24 anos é criança forte e virtuosa, assim acontece com as crianças quando elas têm 18 anos. A longa duração da infância tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada á ideia de dependência: palavras *filis*, *valets* e *garçons* eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência. (Áries 1988, p. 35-38).

Neste período as crianças foram moldadas em seus pensamentos e costumes em outras palavras o adulto teria a obrigação de desenvolver estes aspectos, ao invés de entendê-las e compreender sua diversidade, respeitando sua essência sua forma de pensar.

Na concepção de (HEYWOOD, 2004), a conceituação da infância teve alteração em sua definição como adulto imperfeito então somente em poucas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de ser estudadas por si sós.

No período republicano, considerado em seu contexto, irregular, as crianças e adolescentes eram retirados do convívio das pessoas adultas, pois não era correto vivenciar esta fase. Sob - respaldo da ênfase de Philippe Ariés (1988) passou-se a admitir que a criança não estivesse madura para vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos.

O encanto pela trajetória da infância é um acontecimento não muito amadurecido como afirma (HEYWOOD, 2004), pois entendeu que esta definição passou por algumas mudanças no decorrer da historicidade. Na concepção do autor citado, se houver compreensão sobre esta significação, também será viável entender os fatores que envolvem todo percurso.

Interessante explicar sobre a situação voltada as necessidades básicas que ocorriam no século XII, altamente precária, o que ocasionava um alto índice de mortalidade infantil.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87)

Ainda neste período, percebe-se que esta fase era desconhecida, não havia lugar para ela, o que justifica incompetência, conforme enfatiza (ÁRIES, 1988).

Era portanto uma situação delicada, pois não havia valores nem cuidados necessários e que poderia contribuir para o desenvolvimento, desta forma algumas crianças que não conseguia atingir uma identidade e nem tampouco sua identidade. Em outras palavras, neste período os adultos também não estavam preparados para lidar com crianças, ou melhor, com a fase da infância por isso recorriam às chamadas criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias, eram os profissionais responsáveis pelos cuidados do público em pauta. E no final do século XVIII, as crianças eram tratadas como seres pequenos ou de tamanho reduzido.

Entende-se que as fases da infância e adolescência jamais fora vista de forma cuidadosa, como processo de construção e conseqüentemente de muita flexibilidade, pois como fora exposto me citações de autores, as crianças eram encaradas como adultos, enquanto que no Brasil em meados do século XVI propriamente no período de colonização, vivenciaram um período onde as crianças e adolescentes eram, negligenciadas e até vitimados.

Mediante fatos é notório que há reflexos deste conteúdo na atualidade, em decorrência de modificações as quais vivenciamos, dos embates enfrentados devido à existência de hábitos culturais, mesmo assim, esta decorrência contribui para realizar analogias e entender as passagens.

Este percurso (esta história), por outro lado, só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância (BUJES, 2001,p.13)

Reportando-se aos dias atuais a infância submete-se a novos cuidados, sob interferências de veracidades, o que inicia a exigências de estratégias de políticas que garantam a cidadania e os direitos e deveres. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998), enfatiza que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”.

Por sua vez, atualmente as crianças passam a desenvolver suas ideias sobre algo que venha chamar atenção, sendo então um interminável trabalho de criação, e ressignificação desta forma é válido elucidar que:

Compreender, conhecer e o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns da ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p. 22)

Diante deste percurso surgiu um aparato voltado aos direitos e deveres das crianças e adolescentes que estavam obscuros durante um considerado período, inclusive com o surgimento de unidades educacionais e cuidadoras adequadas respaldando suas atribuições na criação do Conselho da Criança e do Adolescente, no ano 1990, que:

Explicitou melhor um dos direitos da criança e adolescente bem como os princípios que devem nortear as de atendimento. Determinou ainda a dos Conselhos da Criança e do adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas. (CRAIDY, 2001, p.24)

Para melhor entendimento, faz-se necessário explanar que o que está regido na Constituição Federal de1988 e a Lei 8.069/90, traduzem por igual o Estatuto da Criança e adolescente. Entretanto a realidade massacrante direcionada ao público citado continua com um segmento de desrespeito. Independente das violações permanecerem ou mesmo piorar, é

justo o reconhecimento de que a legislação descreve uma responsabilidade protetiva e garantista.

Tanto os problemas com os meninos, como a própria evangelização dos adultos, levaram os padres a optar cada vez mais por uma conversão pela “sujeição” e “temor”, como escreviam em seus textos. Fortalecia-se aos poucos a convicção de que os índios só se converteriam se fosse sujeitos a alguma autoridade, daí o constante apelo ao poder da Coroa, para a consecução da conversão dos índios. Inclusive, do ponto de vista do ensino dos meninos índios, essa perspectiva coincidia com a estruturação de um rígido sistema disciplinar, como vimos, que, no mesmo sentido-que o próprio repensar da disciplina desde o século XV, dependia de uma vigilância constante, da delação e dos castigos corporais. (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 30)

Com intenção em modificar tal contexto, a sociedade através de intensas discussões contribuiu para elaboração do Estatuto, o qual iniciou em décadas passadas.

Sendo assim, a Constituição de 1988, entendeu a questão da criança e adolescente como prioridade, atribuindo total responsabilidade, através da proteção integral da família, da sociedade e do estado, como esclarece o artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Os menores não escaparam daquelas políticas de repressão e contenção. Os novos padrões de convívio impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio. As brincadeiras, os jogos, as “lutas”, as diabruras e as formas marginais de sobrevivência daqueles garotos tornaram-se passíveis de punição (SANTOS, 1999, p. 277-229).

O que se vê é um cenário onde todos que fazem o sistema se encontram a mercê das questões das expressões sociais, melhor dizendo da vulnerabilidade sociopolítica e econômica, entretanto, com intuito de maiores esclarecimentos Pereira (2004, p. 112), assegura que:

A questão social assim qualificada foi suscitada no início do século XIX não só pela existência efetiva, real, de condições desumanas de vida e de trabalho do proletariado emergente no bojo do moderno processo de industrialização, mas também pela tomada de consciência e reação dessa classe contra essas condições.

Ainda com base neste requisito o Neto (2001, p. 42) adverte que:

Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições de vida que dispunham anteriormente.

Sendo assim, para construir uma realidade os atores deste contexto devem repensar as estratégias que de acordo com a realidade exposta, não resultou em efeito positivo. As intervenções baseadas em méritos socioeducativas onde as táticas condizem com formas arcaicas que não contribuem para socialização e sim como punição abstraindo algum potencial que possa ser despertado, o que reflete em um sistema munido de prejuízos.

Foi despertada uma preocupação, a partir de exemplos educacionais, já com intuito de combater as provocações da sociedade europeia, no tocante progresso científico, comercial e artístico, quando simultaneamente surgiu a concepções sobre a criança e a maneira de como educá-las, então de acordo com PINTO,

[...] a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. [...] As mudanças de sensibilidade que se começa a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e, a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização. Importa, no entanto, sublinhar que se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunscrito às classes mais abastadas (1997, p. 44).

O que se entende é que houve uma modificação quanto a este contexto histórico da ideia do que seria a infância, inclusive despertando, desencadeando uma inquietação por parte da sociedade a qual procurou formas adequadas para educá-las.

O que de fato deve acontecer é a integração da sociedade em prol de efetivação correta do que rege o estatuto, afinal vários são os atores que lidam diretamente com a problemática do público, por isto a importância de articulação e realização de matriciamentos para interação com diferenciados serviços.

1.2 Compreensões no percurso da Educação brasileira

Para compreensão do contexto histórico da educação no Brasil, foram referenciadas na leitura do texto da autora Alarcão contidos na Revista Eletrônica do curso de pedagogia das Faculdades OPET, a qual contribuiu para interpretações e entendimentos a respeito do eixo em questão.

A autora explica que a educação no período da descoberta do Brasil tinha as práticas sociais, religiosas e política, ou seja, toda cultura voltada aos costumes da Europa, assim os paradigmas estrangeiros perpetuaram e o nível cultural era elitizado. Na segunda metade do século XX, este perfil foi se destacando com mais intensidade no sentido da desigualdade e separações de “tribos”. (ALARCÃO, 2013)

Ainda sob luz do referencial citado, o período ditatorial também teve influência no processo educacional, pois os jovens apresentavam discursos polêmicos de rebates e reflexões com extrema força, sob pleito dos direitos. Com isto a interpretação sobre a intervenção da escola é que estava atrapalhando a política de um governo autoritário com as propostas já estabelecidas, quando iniciaram as prisões e os exílios, então o poder político e econômico passaram a dirigir o contexto sociocultural.

Por conseguinte vem à década de 1990, quando as atitudes citadas foram reprimidas e o processo de conscientização aflorou, com reflexões em profundas irregularidades, com impedimento de qualquer atitude. Assim, ficou determinado que as crianças deste período fossem usufruir legalmente do que lhes é direito, ou seja, passaria a vivenciar a era do sim. Já no século XXI, o momento é da globalização onde o contexto da desigualdade social continua aflorando devido a exigências do mercado competitivo, munido de ausência de respeito, ética e moral.

Todavia a realidade das organizações como todo sentiu a importância em acompanhar este contexto, pois independente o reflexo dos resultados refletiram na base econômica da população interferindo no contexto educacional e social, através de modificações comportamentais e de difícil resolução.

Mediante realidades não só a escola como demais instituições envolveu-se com as indefinidas concepções das interferências sociopolíticas e econômicas, o que se tornou mais complicado para atuação, pois se enfrenta um contexto complexo, necessitado das intervenções das redes do sistema vivenciado, a partir do conhecimento dos diversos papéis.

Reforçando este posicionamento, A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art.1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.

1.3 ECA: Referência para prática pedagógica

Mediante contexto global a sociedade se depara com a inversão de valores, devido à necessidade das famílias ingressarem no mercado de trabalho em função de uma vida digna.

Aproveitando as modificações é interessante enfatizar que o Estatuto designa os direitos do jovem e as condições dignas de sobrevivência, com preocupação direcionada a liberdade, ao respeito e dignidade. Para tanto as disposições preliminares do estatuto afirma que, “nenhuma criança e adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade e opressão, punida na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Para maior esclarecimento, Saviane afirma que:

O estado por sua vez tem o direito em ofertar educação a crianças e adolescentes, em contrapartida os pais devem articular e acompanhar os percursos deste na unidade educacional. A partir daí entender que educação não são apenas a sala de aula e sim o aluno em seu contexto sociopolítico econômico cultural, ou seja, sua real conjuntura, o que justifica necessidade da interação entre demais equipamentos sociais responsáveis pelo acompanhamento das famílias e garantias do direito infanto-juvenil. Interessante entender que a finalidade da escola é ofertar conhecimentos teóricos para que futuramente possa obter maior compreensão sobre a realidade através da realização de analogia... (SAVIANE, 1992, p. 29).

Entretanto a escola assume a característica de aparelho ideológico que reforça a sociedade capitalista e ao mesmo tempo combate, independente, a sobrevivência deste contexto tem-se apresentado cada vez complicada. Os educadores, por sua vez sentem

dificuldades em potencializar suas criatividade, por vivenciar um contexto munido de dificuldades trazidas pelas expressões das questões sociais, destacando-se a violência. De forma contraditória os profissionais da educação tem se comportado com autoritarismo e intransigência, sendo este mais um problema.

A escola tem em sua atribuição tentar identificar os comportamentos agressivos dos alunos, a partir do entendimento de seu contexto sócio - familiar, em prol da identificação do direito da criança e adolescente que fora violados e a partir disto prover intervenções que resolva determinadas atitudes.

Mediante realidade a escola precisa implantar propostas condizentes com as expressões das questões sociais que vai além dos projetos executados, e que não acompanha a dimensão dos problemas trazidos pelo contexto global, por não entender a conjuntura histórica das realidades, como é o caso da própria violência no ambiente escolar. Sendo assim, Digiácomo (2001, p. 01), enfatiza que:

Com efeito, o combate à violência deve buscar primordialmente suas raízes, que obviamente se encontram além dos limites da escola, que acima de tudo precisa assumir uma missão legal e constitucional de promover, junto aos educando, o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (art. 205, *caput* da Constituição Federal *verbis/omissis*), e não se tornar em mais um foco de opressão e desrespeito aos direitos fundamentais da criança e adolescentes.

A questão cultural prevalece e provoca um prejuízo no rendimento escolar devido quesitos presentes nesta conjuntura, portanto atualmente não se deve marginalizar este público por estas questões que cotidianamente vem sendo trabalhada. “o fracasso escolar como uma forma de resistência, uma maneira dos estudantes pertencentes ao grupo marginalizado socialmente e culturalmente ou etnicamente afirmar sua diferença e sua identidade” (SOUZA, 2000, p.22).

Para desmistificar estas questões é necessária a intervenção dos equipamentos com a mesma responsabilidade, por isto quando se fala em ir além, conta-se com o envolvimento de demais órgãos do sistema de garantia de direitos e com a compreensão por parte das escolas quanto ao desordenado crescimento da violência, ressaltando que esta contribuição tem a

perspectiva de ordem social, uma vez que orienta ao aluno sobre o contexto que está inserido. A partir disto, o despertar de uma consciência crítica com perspectiva de luta pelos direitos e consequentemente pela transformação social, desta forma o direcionamento é estendido às famílias: isto é o que rege a política social. Para melhor entendimento reporta-se ao artigo 4º do ECA:

Art. 4 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único – A garantia de prioridade compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e a juventude. (Brasil, 2007, p. 09).

Para efetivação dos direitos, as redes institucionais devem agir simultaneamente, ofertando suas especificidades atendendo as necessidades do público a partir do conteúdo de percurso histórico. É uma questão que exige uma junção com demais órgãos responsáveis pelas garantias de direitos, uma vez que, para às conquistas e alcance dos objetivos as instituições devem funcionar de forma atrelada, a exemplo da família: "O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno" (TIBA, 1996:140). Este processo é de suma relevância, pois viabiliza posteriores analogias com atualidade, permitindo uma reflexão para ações condizentes com a demanda. Outrossim, é notório a necessidade em modificar tal cenário para que se obtenha contribuição positiva dos agentes sociais para formação de uma identidade.

A escola atualmente assume a responsabilidade da família a qual quanto a responsabilidade em educar seus filhos, além de entenderem que os professores devem estabelecer valores, regras e conduta, desde seus costumes e até maneiras adequadas de comportamento. A linhagem utiliza a necessidade em executar o labor para subsistência e isto interfere no acompanhamento de sua prole.

Faz-se necessário entender que as unidades de ensino garantem os frutos trazidos pela estratégia do processo educacional e para tanto é relevante a participação da linhagem que precisa acompanhar todo processo voltado a criança e adolescente. A escola por sua vez deve garantir o espaço para articular com as famílias, além da atribuição em adotar deliberações administrativas e pedagógicas as quais favoreçam a educação dos estudantes.

Por parte da escola o respeito pelos conhecimentos e valores que os tipos de preconceito e favorece a participação dos componentes da instituição familiar em diferentes oportunidades, estimulando o dialogo com os pais possibilitando-lhes, também, obter um ganho enquanto sujeitos interessados em evoluir e aperfeiçoar como seres humanos e cidadãos comprometidos com a transformação da realidade. (TIBA, 2008, p.18).

Contudo interessante entender os papeis para as corretas execuções, afinal a articulação comanda a resolução das questões, além da necessidade em fazer uma análise do novo contexto, buscando vertentes para que a escola possa articular com demais instituições em prol do processo educativo inclusive dos alunos que se encontram em situação vulnerável, no contexto socioeconômico. Relevante entender que os educadores são verdadeiros formadores de opiniões, por isto a importância em obter seriedade para contribuir na atuação.

Atualmente é visível a realidade desordenada nas escolas, especificamente de ordem públicas, onde se agrega resultados de falhas da própria Política Social. Além da defasagem quanto ao conteúdo repassado pelo sistema educacional, o qual não condiz com o contexto vivenciado, a metodologia aplicada não atende aos anseios do público em pauta, que são as crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente nas unidades de ensino além de viabilizar o conhecimento quanto aos direitos e deveres contribui para o entendimento de umas das exigências desta lei que é a “Educação”. Faz-se interessante, pois a tradução do Estatuto por diversos segmentos conduz ao entendimento dos comportamentos dos jovens nas unidades de ensino. Para referenciar a pratica pedagógica nas unidades de ensino é indispensável ter como luz, o Capítulo IV – Do direito a educação, à cultura e ao esporte. Para tanto antes de qualquer iniciativa é justo a percepção quanto ao entendimento do Estatuto, para a equipe diretiva das unidades educacionais, famílias de alunos e os próprios estudantes.

As unidades de ensino possuem autonomia para buscar saídas correlacionadas a propostas da educação, para tanto se faz necessário uma ação coletiva com metas em educar e desenvolver estratégias para resolução de problemáticas contidas na realidade interna e externa, além da oferta de táticas que envolva o educando em todos os aspectos. Para que a ação coletiva aconteça em acordo e obtenha efeitos positivos, segundo (SEED PARANÁ, 2002) é imprescindível a existência de alguns critérios a ex.: de favorável ambiente escolar, confiança e coragem pela equipe diretiva, interdisciplinaridade, planejamento e reuniões para elaborar as aulas, malícia em notar o grau de aprendizado do aluno, constantes conversas entre professores e a direção em relação ao ensino aprendizagem, novas propostas para execução das atividades avaliações pela equipe pedagógica responsável entre outros.

Para reforçar tal colocação (DEMO, 1995) enfatiza que a construção do Estatuto da Criança e do adolescente, gerou modificações quanto ao tratamento para com os mesmos, em contrapartida ainda não se apresentou formas adequadas que garantam o que rege a lei, que por isenção de informações não oferecem equilíbrio nas contribuições que deveriam ser favoráveis a esta situação. Percebe-se o quão é importante entender o que rege o estatuto, e o mais relevante decifrar seus artigos os quais sofrem alterações pela autoridade de execução, o que justifica a desordem no contexto da criança e adolescente.

Enfatizando que tal situação gera problemas maiores nas instituições, atualmente, responsável principal por alguns jovens. Esta tendência requer uma articulação entre equipamentos que trabalham com o mesmo objetivo, e esta iniciativa reflete uma nova estratégia das unidades de ensino, contribuindo para o ajustamento comportamental das crianças e adolescentes que reproduzem problemas vivenciados pelas expressões das questões sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser exposto e trabalhado para e pela equipe que compõe uma unidade de ensino, a qual enfrenta a violência entre os alunos, a qual vem fomentada de desrespeito e agressividade, especialmente quando neste ambiente não encontra o que está ausente também no seu espaço de moradia. Faz-se ressalva de que este contexto é consequência da ausência de políticas públicas efetivas, além da insatisfação quanto à estrutura da unidade de ensino o descompromisso da linhagem no quesito “acompanhamento da educação do público infanto-juvenil”.

O cumprimento do ECA, deve ser implementado com requisitos indispensáveis que contribuirão para processo de formação deste público , desde que exista investimento a equipe diretiva destas unidades , em fim suporte necessário que servirá de complementação do que rege a lei.

Analogicamente as empresa independente de seu porte, mediante contexto global, altamente exigente, o grau de investimento no recurso humano é bem destacado; a escola também considerada como uma instituição ou mesmo empresa onde com serviços a oferecer, por isto a necessidade de investimentos, treinamentos e reciclagens. O intuito é que os profissionais sintam-se preparados para lhe dar com um contexto vulnerável, cujo reflexo é trazido de forma violenta às unidades de ensino. As metodologias de repasse de conhecimentos devem ser repensadas, com base em uma sistemática dinamizada que atraia o público, para isto o equipamento precisa ser atendido com base em suas deficiências.

CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO

O projeto foi executado na E.M.E.F Prof^ª. Núbia Marques, localizada na rua Manoel Andrade, 1745, Coroa do Meio, CEP: 49035-530, Aracaju - SE , a qual oferece Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Tem em seu objetivo, manter o Ensino Fundamental Regular e Obrigatório, com no mínimo 200 dias letivos de 1.000 horas de trabalho escolar efetivo, destinados a crianças e jovens a partir dos 6 anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Importante relacionar que a unidade de ensino atende especialmente aos alunos da própria comunidade, que fazem parte de famílias com situação socioeconômica vulnerável, cujo grau de instrução varia entre ensino médio, fundamental completo e incompleto e alguns analfabetos. Executam atividades laborativa em indústria, comércio, construção civil, atividades rurais, secretarias do lar, diaristas, ambulantes e desempregados.

Ainda enquanto competência da escola oferece um cardápio diariamente nos turnos de funcionamento, o qual é realizado por nutricionista da empresa contratada pela **SEMED**. Portanto o mesmo é composto por: iogurte, bebida láctea/achocolatado, suco, biscoito, frutas (banana, laranja, melancia, maçã), arroz, cuscuz, carne, ovos, feijão, abóbora, frango, mungunzá, sopa e broa de milho.

Em se tratando do espaço para pesquisa, apesar de não possuir uma Biblioteca existe um acervo de livros educativos disponibilizados para professores e alunos. Devido a inexistência de uma sala de multimídia, utiliza-se a sala onde são executadas oficinas do Projeto Mais Educação.

No item da organização pedagógica desta unidade de ensino se destaca a utilização de textos e livros didáticos oferecidos aos alunos e corresponde a disciplina de português, matemática e ciências seguidos da orientação do Programa Alfa e Beto e as disciplinas como história e geografia são os livros enviados pelo MEC do Projeto Buriti.

A partir do ano de 2013 a escola inclui o Programa de Ensino Estruturado Alfa e Beto, implantado pela Secretaria Municipal a Educação, como norteador para a melhoria de

qualidade do ensino e principalmente corrigindo distorções entre as unidades de ensino, padronizando o conteúdo básico a ser disciplinado na escola. A instituição durante o ano tem realizado permanentes projetos e ações no sentido de efetivar e ampliar a permanência do alunado na escola, destacando-se:

Quadro 1 – Projetos e ações realizadas na escola

PROJETOS	Educação Integral Programa Mais Educação
	Piloto de Logística Reserva de Eletrônicos – Ecoti
	Campanha de Vacinação Contra o HPV, Hanseníase e Verminose
	Técnico Socioambiental (PTSA)
	Todos Pela Paz – Feira de Possibilidades
	Transformados pela Fé, Festa Junina: Vem Dançar Forró
	Amigos da Escola “ Momentos com Deus” APEC
	Valores e Cidadania um Valor em Mim
	Alimentação Saudável; Folclore: Uma Parte da minha Escola
	Vivenciando Minha Páscoa; Semana da Pátria
	Valorizando a Cultura Indígena

Esta escola é uma instituição de ensino contemplado com o PPP, que é elaborado com a participação e envolvimento dos profissionais da escola, sendo um instrumento de orientação das ações planejadas para o desenvolvimento escolar, não está atualizado e os professores tem conhecimento, em se tratando do Currículo e do próprio regimento foi elaborado com a participação e envolvimento dos profissionais da escola, de acordo com a legislação vigente, as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, considerando as características culturais, regionais e locais da sociedade. Todos os professores tem conhecimento. O Conselho escolar existe, é atuante funciona com funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras nas questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira.

Quadro 2 - Formação do Conselho Escolar

Composição do Conselho Escolar	Nível de Escolaridade
Diretor Supervisor Pedagógico Professores Representantes 01 Servidor 01 Auxiliar 02 Pais 02 Alunos (maiores que 14 anos)	Anos Iniciais (Fundamental)

Em se tratando do calendário escolar, este é enviada pela SEMED e mediante aprovação do conselho Escolar.

Dentre esses desafios o que aflige os profissionais é o relacionamento humano em relação a comportamento. Neste contexto a maior preocupação da Equipe de profissionais da escola é focada na indisciplina, na violência no âmbito escolar que está presente no recreio,, alguns demonstram atitudes individualistas, competitivas e agressivas.

Quanto à estrutura física não tem espaço para o recreio, o espaço físico da quadra é inadequado; prédio alugado; quadra sem cobertura; prédio com salas de aula inadequada, não arejada; salas que canalizam barulho externo; falta espaço para a sala de recurso e almoxarifado além de inadequação da cozinha, independente trata-se de ambiente higienizado.

CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO

Mediante conhecimento da unidade de ensino através do diagnóstico apresentado, foi identificado que a problemática esta referendada na tradução pela ausência do reconhecimento dos direito e deveres estabelecidos no Estatuto da criança e adolescente, o que provoca indisciplinaridade munida de violência especialmente no momento de lazer dos alunos.

Desta forma, faz-se necessário entender que a existência do ECA vem estabelecendo estratégias diferenciadas as organizações responsáveis por crianças e adolescentes, além de despertar uma consciência madura no público infanto-juvenil através da ciência de seus direitos e deveres. É um suporte que exige envolvimento dos órgãos de defesa de direito em função de intervenção positiva no contexto delicado apresentado especialmente nas unidades de ensino. Vale ressaltar que o reflexo da ausência de conhecimento do estatuto provoca inquietude nas expressões da questão social, o que justifica a necessidade de relação entre a rede intersetorial, com finalidade em dar suporte as escolas e contribuir para formação de identidade dos alunos.

Este projeto assume importância, pois condicionará a mudanças comportamentais além de despertar nas políticas públicas a necessidade de investimento dos profissionais que estão a frente deste contexto contraditório ainda vivenciado pela população. A partir disto as estratégias de mobilização inclusive da família, contribuirá para o entendimento das relações conturbadas, munidas de violência e conseqüentemente e correta intervenção.

Faz-se necessário entender que a questão da violência entre os alunos nas escolas, é fruto das conseqüências das expressões da questão social e que várias organizações devem estar unidas em prol da mudança desta realidade, através das especificas intervenções.

Enquanto resultado desta interlocução, sobressai um entendimento das diferenças no contexto social de cada aluno, contribuindo para uma educação permeada de analogias entre a realidade e as perspectivas mediante conseqüência da conjuntura global, explicita por inovações exigências e conseqüências negativas nas estruturas socioeconômica das famílias. Mediante desafios, a expectativa está em projetar momentos de conscientização sobre os

direito e deveres implementados pelo estatuto da criança e adolescente, para desta forma modificar os comportamentos indisciplinados no ambiente escolar.

Assim objetiva-se esclarecer de forma pedagógica sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes dispostos no ECA para a turma do 3º ano, a partir de ações que garantam o respeito aos direitos contidos no estatuto, desenvolver atitudes de respeito, ética, convivência, solidariedade no combate à violência contra crianças e adolescentes não só no ambiente escolar. Sendo assim, faz-se necessário divulgar os direitos e deveres dispostos no ECA, lei federal nº 8.069 (13 de julho de 1990), através de ações didático pedagógicas; conhecer alguns órgãos de proteção estabelecidos no ECA que atuam e Aracaju como: conselho tutelar e ministério público; orientar os alunos a respeito dos conceitos de ética e cidadania e sua importância para o desenvolvimento de práticas educativas, relacionadas ao reconhecimento de deveres e de direitos no ambiente escolar; propor ações que ampliem a divulgação do ECA e que garantam o respeito aos direitos contidos no Estatuto; identificar situações em que os direitos da criança e do adolescente não são respeitados e por fim, resgatar valores morais como amor, respeito, responsabilidade, cooperação, humildade, honestidade, justiça, dignidade.

Para tanto o método de intervenção deve ser dinâmico, uma vez que como fora mencionado a estratégia pedagógica foram esgotadas e apresentam dificuldade em fazer surtir efeito, contudo a proposta tem em seu cunho principal estabelecer regras para uma boa convivência e evitar atos agressivos. O valor deve ser inicialmente trabalhado, onde para isto a participação dos mesmos será extremamente importante, por isto sempre será utilizada uma caixa de sugestões mantida pelas expectativas dos alunos para construção de estratégias condizentes com as necessidades expostas. Será utilizado vídeos decorrer educativos sobre o tema e posteriormente uma suposta plenária para análise das discussões.

O projeto teve a participação de alunos do 3ª série E, período vespertino, onde relataram suas experiências sobre os seus deveres e direitos além da confecção de cartazes esclarecendo sobre a temática em pauta.

Será ministrada palestra com conselheira tutelar, com o tema Conhecer órgãos de proteção estabelecidos no ECA que atuam e Aracaju e identificar situações em que os direitos da criança e do adolescente não são respeitados. Na sequência do trabalho, os debates foram

conduzidos a sala de aula, onde os alunos emitiram suas interpretações empíricas e compreendidas nas palestras.

Conseqüentemente textos foram produzidos, com explicações sobre a importância da convivência de um ambiente de paz, sob - respaldo de algumas fontes bibliográficas, trabalhos foram organizados em murais, revistas em quadrinhos fora feitas, dramatização com fantoches, em fim varias atividades lúdicas e dinâmicas fizeram o diferencial para um momento essencial e que dará suporte para mudanças de estratégias no contexto pedagógico. Para dinamizar o momento ainda mais, ocorreram algumas dramatizações onde as expressões corporais contribuíram para maior entendimento sobre os alunos.

A expectativa deste contexto interventivo e interativo tem como propósito a mudança de comportamento dos alunos e despertar a motivação para dar segmento a estas inovadas estratégias, enfatizando que esta oportunidade permitiu o entendimento das atitudes injustificadas até então, pois a expectativa maior se estende a saudável convivência dentro de sala de aula o que favorece o aprendizado.

Para concretude das ações foi seguido um cronograma de ação para sistematizar as atividades e não confrontar com as demais:

Quadro 03 – Cronograma das ações para sistematizar atividades

ATIVIDADES	Mês 01 setembro	Mês 02 outubro	Mês 03 novembro
Reunião com a equipe diretiva para apresentação da proposta.			
Pesquisa bibliográfica e documentos da Escola			
Utilização dos instrumentos para coleta de dados. Aplicação de Questionário			
Palestra com Conselheira Tutelar Tema: Identificar situações em que os direitos da Criança e do Adolescente não são desrespeitados.			
Apresentação do filme “ Meu Malvado Favorito”.			

Vídeos sobre o ECA			
História em quadrinhos ECA – Turma da Mônica, dramatização com fantoches.			
Gincana			
Exposição de trabalho sobre os direitos da criança e do adolescente			

Fonte: Adaptado do Módulo IX (2015, p.41)

Vale ressaltar que para execução do projeto contou-se com recursos materiais próprio da unidade de ensino e humanos com a presença da Conselheira Tutelar a qual ministrou a palestra reforçando o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente, enfatizando os direitos e deveres.

Entretanto os resultados obtidos foram realmente os pleiteados, uma vez que existiu interação nas atividades propostas e participação com indagações, ou seja, momentos que conduziu ao público explorado à reflexão o que viabilizou a equipe, entendimentos referentes as expressões das questões sociais, o que justifica a alteração comportamental.

Outra estratégia considerável foi a satisfação com a dinamicidade das atividades, pois provocou naturalidade nas ações e expressões, desta forma os resultados de fato atingiram a expectativa posta no plano de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção contempla e esclarece os direitos bem como os deveres do estatuto entre as crianças e os adolescentes, propõe ações que ampliem a divulgação o ECA e que garantam o respeito aos direitos contidos no Estatuto, através de atividades lúdicas em sala de aula, que é um meio de combater as práticas de discriminação, violência e outros abusos praticados aos menores. Dessa forma percebe-se a importância de trabalhar com ações significativas de forma a desenvolver habilidades reflexivas e crítica, trabalhando valores, atitudes, respeito, justiça, não se calar diante da injustiça, não responder a violência com violência, interessar-se pela comunidade e ajudar ao próximo.

O projeto proporcionou avaliar e analisar as práticas pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento das aulas e desta forma conciliar a teoria com a prática contextualizando os conteúdos abordados em classe com a vivência, ideias e realidade dos próprios educados. Assim, o trabalho foi de extrema relevância, pois nos permitiu transmitir e planejar os conteúdos para alcançar o objetivo desejado de forma significativa fazendo uma interação com os novos conhecimentos.

Os objetivos gerais e específicos foram alcançados. Esclarecendo de forma pedagógica sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes dispostos no ECA para a turma do 3º ano, a partir de ações que garantam o respeito aos direitos contidos no estatuto, desenvolver atitudes de respeito, ética, convivência, solidariedade no combate à violência contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. Não foi tarefa fácil, desenvolver o projeto de intervenção pois a maioria dos alunos não conheciam seus direitos e deveres, mas o levantamento de dados com questionários ampliou a compreensão sobre o mesmo e foram descobertos outros problemas na escola, falta de respeito as regras, indisciplina, conflitos entre alunos, baixa participação das famílias na escola, falta de estrutura física da escola, não propicia a interação entre os alunos. Devido à agressividade, a violência, é que se percebeu a relevância do tema e motivou-se este trabalho de intervenção.

Diante da busca de possíveis soluções ao problema descrito anteriormente e diante da importância do assunto, considerou a necessidade de se refletir sobre as problemáticas da violência contra a criança e o adolescente e buscar ações que proponha desenvolver atitudes

de respeito, solidariedade no combate à violência no ambiente escolar. A bibliografia correspondeu às expectativas, além de demonstrar, também, sua posição diante do tema, após ler, analisar, comparar e sintetizar diferentes autores a respeito do mesmo.

A metodologia utilizada no projeto de intervenção foi suficiente para realizar os procedimentos, todos participaram ativamente das discussões do grupo e contribuíram efetivamente para a criação da lista de atitudes. Todos estavam presentes no dia da exibição do filme. Envolveu toda a turma do 3º ano E, na conscientização da importância da convivência de um ambiente de paz.

Faz-se necessário criar estratégias com o intuito de melhorar esta situação, visando proporcionar um ambiente mais atrativo e acolhedor, para que eles possam repensar suas atitudes, desenvolvendo sua afetividade, o seu senso de ética, cidadania e justiça, minimizando, aos poucos, a agressividade que costumam praticar no dia a dia. Violência esta, que afeta diretamente o desenvolvimento das crianças e que muitas vezes também são vítimas da violência infantil dentro e fora de seus lares.

Nos dias atuais é necessário o discutir sobre a formação dos alunos voltada para a cidadania, priorizando o aprendizado de valores e boas maneiras, começando na base familiar, juntos possamos construir um mundo mais justo e fraterno na transformação de uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Janine Pereira de Souza. **A educação e aplicabilidade do ECA: direitos e deveres sob um novo olhar.**

_____. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro, Zahar, 1988..

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular Nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

_____. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Ministério da Educação; UNESCO. 1ª Ed., Brasília, 2008.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases Educacionais.** Disponível: COLOMBO, Irineu; WELTER, Elton. **Educação básica: perguntas e respostas sobre legislação atividade docentes.** Curitiba: Editora Reproset, 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Editora MS, 2007.

BUJES, Maria Isabel E. Escola Infantil: pra que te quero. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs.). **Educação Infantil pra que te quero?** .Porto Alegre: Artmed, 2001.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutela e cidadania assistida.** Campinas, SP. Autores Associados, 1995.

CHAMBOULEYRON, Rafael, Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999, pp. 55-83.

CRAIDY, Carmem Maria. **Educação Infantil e as Novas Definições da Legislação.** In: CRAIDY, Carmen; KAERCHER, GladysE. (orgs.). **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Conselheiros Tutelares: Alguns aspectos (ainda) controvertidos.** Disponível em: <http://www.mp.pr.gov/institucional/capoio/caopca/artigos/violesc.html> Acesso 11 de outubro de 2015.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

NETO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social.** In: *Temporalis*, nº 3 – ano II, Brasília, ABEPSS, jan-jun 2001;

PEREIRA, P. A. **P.A assistência social na perspectiva dos direitos: críticas aos padrões dominantes de proteção social aos pobres no Brasil** Brasília, Thesaurus, 1996;

PINTO, M. **A infância como construção social**. In: PINTO, M SARMENTO, M. J. As crianças – contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho – Portugal, 1997.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999.

SAVIANE, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. **Formação continuada de professores e fracasso escolar**: problematizando o argumento da incompetência. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n° 3, p. 477-492, set./ dez. 2000

SEED PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Guia de Gestão Escolar informações e orientações práticas para o dia a dia da escola pública. Curitiba: SEED/SGI, 2002.

TIBA, Içami. Disciplina, **limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

_____. **Quem ama Educa**. Volume I e II. São Paulo: Interagem, 2008.

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário aplicado aos alunos

O que você entende por:

Ter direitos

O que você entende por:

Ter deveres

Escreva sobre você:

- um direito

- um dever

Na sua opinião, os direitos das crianças tem sido respeitados?

E as crianças tem cumprido seus deveres?

Fonte: Questionário retirado do livro Coleção Eu Gosto Integrado.

Apêndice B

Fotos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Núbia Marques e dos alunos no momento em que os alunos estão assistindo o filme e vídeos sobre o ECA.



Foto 1 – Fachada Frontal da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.ª Núbia Marques
Fonte: http://www.aracaju.se.gov.br/educacao/?act=fixo&materia=unidades_de_ensino Acesso 15 set. 2015.



Foto 2 – Exibição do filme “ Meu Malvado Favorito”.
Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques.



Foto 3 – Exibição de vídeos sobre o ECA.

Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques

ATIVIDADES REALIZADAS NA SALA DE AULA

Todos os alunos participaram das atividades com empenho e identificaram os direitos das crianças e adolescentes.



Foto 4 – Exposição de trabalhos sobre Estatuto da Criança e Adolescentes ECA.

Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas em sala na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques.



Foto 5 – Exposição de trabalhos sobre Estatuto da Criança e Adolescentes ECA.

Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas em sala na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques.



Foto 6 – Exposição de trabalhos ilustrações sobre os direitos das crianças e adolescentes.

Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas em sala na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques

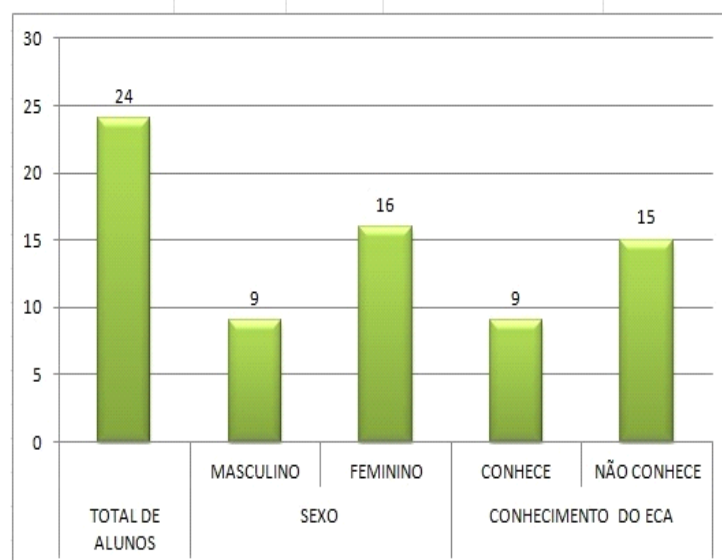


Foto 7 – Exposição de painel sobre os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes.
Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas em sala na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques

Os dados do gráfico abaixo é referente aos dados colhidos através de questionário durante a pesquisa na sala de 3º ano “E” Observou – se que a maioria da turma desconhece o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

Gráfico 01 – Variáveis pesquisadas junto aos alunos

TOTAL DE ALUNOS	SEXO		CONHECIMENTO DO ECA		FAIXA ETARIA	ESPECIAIS	FAIXA ETARIA
	MASCULINO	FEMININO	CONHECE	NÃO CONHECE	DE 8 À 10 ANOS	2	12 ANOS
24	9	16	9	15			



Fonte: Resultado obtidos de atividades realizadas na turma do 3º ano “E” na Escola Municipal Ensino Fundamental Professora Núbia Marques.